

A V FEIRINHA DA NOSSA GENTE COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL ⁽¹⁾.

Maria Valéria da Silva Barbosa⁽²⁾; Francisco Tauan da Silva Gomes⁽³⁾; Sayonara Tamara de Araújo Pinheiro⁽⁴⁾; Victoria de Oliveira Rodrigues⁽⁵⁾; Francisco Edmilson Dias Araújo⁽⁶⁾.

⁽¹⁾ Trabalho desenvolvido no Programa de Iniciação Científica (PIC) da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP;

⁽²⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP; Pau dos Ferros, RN; valeriarbarboza735@gmail.com;

⁽³⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP; Pau dos Ferros, RN; tauan.silva00@gmail.com;

⁽⁴⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP; Pau dos Ferros, RN; saahpinheiro25@gmail.com;

⁽⁵⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP; Pau dos Ferros, RN; rodriguesvictoria@gmail.com;

⁽⁶⁾ Professor orientador; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Pau dos Ferros, RN; prof.admedm@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Feiras Locais; Economia Solidária; Identidade Cultural; Sustentabilidade Ambiental; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

A promoção do desenvolvimento territorial sustentável envolve políticas públicas que integram gestão de recursos, impacto social e valorização cultural (Souza, 2022). Tais práticas constituem um parâmetro de economicidade ligados aos princípios de microeconomia, sendo pautados no desenvolvimento do mercado local através do relacionamento pertinente entre a comunidade em si e as organizações nela inseridas (Vasconcellos; Braga, 2023).

Desse modo, a promoção de feiras locais de agricultura familiar e artesanato constitui uma oportunidade prática para analisar a interação entre pequenos produtores, economia solidária e comunidade, mediando as potencialidades existentes nessa relação mútua. Em síntese, a edificação de espaços como esse delimitam um campo vasto para o desenvolvimento pleno dos ideais de ensino, pesquisa e extensão, que, segundo Silva (2022), compõem o tripé fundamental do papel social e ambiental das instituições de ensino superior.

Além disso, observa-se o entrelaçamento entre economia e cultura, em que práticas econômicas locais reforçam identidades e tradições coletivas (Field; Field, 2024). Assim, políticas sociais dessa natureza fortalecem tanto o aspecto econômico quanto a preservação da cultura local. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar como iniciativas locais, como a V Feirinha da Nossa Gente, podem contribuir para políticas públicas e gestão territorial sustentável, a partir das dimensões de sustentabilidade, identidade cultural e impacto socioeconômico.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracterizou-se como pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu mediante visita in loco à V Feirinha da Nossa Gente, realizada em 29 de agosto de 2025 no município de Pau dos Ferros/RN, momento em que foram observados quatro tipos principais de expositores, englobando produção artesanal e agricultura familiar.

Durante a visita, foram registrados aspectos relacionados a práticas de sustentabilidade, identidade cultural, benefícios e desafios enfrentados pelos produtores. As observações incluíram a análise da origem dos produtos, métodos de produção, aproveitamento de recursos locais, impacto ambiental, estratégias de comercialização e interação com o público.

Posteriormente, os dados individuais foram organizados e consolidados em categorias analíticas, permitindo a elaboração de um panorama geral das práticas observadas e sua relação com o desenvolvimento territorial, a gestão e as políticas públicas. A análise buscou interpretar as práticas à luz de conceitos de economia solidária, preservação ambiental e valorização cultural, enfatizando o impacto social das iniciativas locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados permitiu identificar padrões comuns entre os expositores e evidenciou relações diretas com políticas públicas e impactos territoriais. Os resultados foram organizados em três dimensões principais: aspectos de sustentabilidade, identidade cultural, benefícios e desafios.

Aspectos de sustentabilidade

Grande parte dos produtos expostos era de origem local, cultivada ou produzida pelos próprios expositores, o que reduziu o transporte de mercadorias e fortaleceu a economia regional. Foram observadas práticas como o aproveitamento de insumos disponíveis na região, cultivo de espécies adaptadas ao bioma local, técnicas artesanais de baixo impacto ambiental e reaproveitamento de materiais. Entretanto, ainda foram identificados pontos de melhoria, como o uso de embalagens plásticas descartáveis, que reduzem a sustentabilidade do processo. Essas práticas demonstram como iniciativas locais podem contribuir para a implementação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental e à redução da pegada ecológica.



Observou-se que o uso de insumos regionais e a comercialização direta reduzem emissões de poluentes e fortalecem a economia solidária e familiar, embora ainda existam práticas ambientalmente inadequadas, como o uso de plásticos descartáveis. Conforme Silva (2010), o direito ao meio ambiente equilibrado é um dever compartilhado entre Estado e sociedade, e a preservação da qualidade ambiental depende da cooperação coletiva e da adoção de práticas sustentáveis no cotidiano das comunidades.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a sustentabilidade utilizada através dessa feira local envolve não apenas ações pontuais, mas uma mudança estrutural de comportamento e gestão. Segundo Milaré (2014), a qualidade ambiental resulta do equilíbrio entre a atividade humana e os ecossistemas, e qualquer prática de consumo ou descarte inadequado pode gerar danos ambientais cumulativos, especialmente em regiões onde a educação ambiental é limitada.

Além disso, como destaca Leite (2008), a efetividade das políticas públicas ambientais depende da internalização de uma cultura ecológica, baseada em valores éticos e participativos. Assim, iniciativas como as feiras locais funcionam como laboratórios sociais que antecipam políticas públicas, promovendo pequenas transformações comportamentais com impactos ambientais positivos e o incentivo a economia local.

Estudos sobre feiras de agricultura familiar e agroecológicas no Brasil indicam que a comercialização direta fortalece circuitos curtos de produção e consumo, reduzindo emissões e estimulando práticas ambientalmente responsáveis por parte dos produtores (Silva et al., 2020; Souza; Almeida, 2022). Pesquisas realizadas em feiras locais de municípios do Nordeste apontam resultados semelhantes, destacando que a proximidade entre produtor e consumidor incentiva o uso de técnicas de manejo sustentável, diversificação de cultivos e aproveitamento de recursos naturais disponíveis no território (Ferreira; Matos, 2021).

Do mesmo modo, experiências analisadas em feiras agroecológicas demonstram que ações de apoio institucional e capacitação contribuem para a adoção de alternativas às embalagens descartáveis, promovendo a redução de resíduos e a economia circular em pequena escala (Oliveira; Ramos; Pereira, 2023).

Nesse contexto, percebe-se que iniciativas como a V Feirinha da Nossa Gente possuem potencial para ampliar práticas sustentáveis e consolidar políticas públicas voltadas à sustentabilidade, desde que recebam suporte contínuo do poder público e de instituições parceiras, especialmente universidades e programas de extensão.



Identidade cultural

Durante a feira, foi possível observar produções que refletem tradições e saberes do povo, como os produtos da agricultura familiar e o artesanato feito à mão. Essas atividades mantêm viva a memória coletiva e o conhecimento passado entre gerações, evidenciando o papel da universidade e dos agentes públicos na valorização da identidade territorial e da diversidade cultural. Como afirma Canclini (2005), as manifestações culturais populares ajudam as pessoas a preservar suas raízes, mesmo diante das transformações da sociedade.

Entretanto, as políticas públicas ambientais são, por natureza, mais lentas, devido à complexidade do planejamento, à necessidade de articulação institucional e à resistência cultural à mudança. Para Machado (2013), a eficácia da gestão ambiental exige planejamento técnico, participação popular e continuidade das ações governamentais. Desse modo, o desafio atual está em aproximar o Estado da sociedade civil, ampliando a educação ambiental e incentivando boas práticas locais que reduzam emissões, previnam danos e melhorem a qualidade ambiental. Somente com a conjunção entre políticas bem planejadas e transformação cultural será possível alcançar um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável e socialmente justo.

Assim, a Feirinha da Nossa Gente se consolida como uma iniciativa que fortalece a identidade cultural e estimula o orgulho pela cultura regional. Valorizar o que é produzido localmente significa respeitar a história e incentivar novas gerações a continuarem essas práticas. Dessa forma, a feira não apenas movimenta a economia, mas também mantém viva a cultura e a memória do povo de Pau dos Ferros.

Benefícios e desafios

Entre os principais benefícios observados destacam-se a divulgação das produções locais, a aproximação direta com o público consumidor, o fortalecimento da renda familiar e a valorização do trabalho comunitário. A feira atuou como uma vitrine para pequenos produtores, estimulando a economia solidária e promovendo o engajamento social. Além disso, a comercialização direta reduziu intermediários, o que favorece a autonomia dos expositores e cria um ciclo de confiança entre produtores e consumidores.

Esses resultados dialogam com os princípios da economia solidária, que, segundo Singer (2002), busca conciliar a geração de renda com a cooperação e a sustentabilidade. A Feirinha da Nossa Gente, nesse contexto, pode ser compreendida como uma estratégia de inclusão produtiva, em que o trabalho comunitário e os saberes tradicionais assumem centralidade. Essa dinâmica reforça o papel das políticas públicas locais na promoção do



desenvolvimento territorial, com base na participação social e na valorização dos recursos endógenos.

Outro benefício relevante é o fortalecimento do capital social e da identidade coletiva. Ao reunir artesãos, agricultores e agentes culturais, o evento promoveu trocas de experiências, aprendizado mútuo e cooperação entre diferentes segmentos. Conforme discute Mueller (2020), o capital social é um fator determinante para o desenvolvimento sustentável, pois amplia a confiança e a capacidade de ação coletiva.

Por outro lado, também foram constatados desafios estruturais e organizacionais. A concorrência com produtos industrializados, os custos elevados de insumos, a dificuldade de manter regularidade na produção e a carência de apoio institucional limitam a expansão dessas iniciativas. A ausência de políticas permanentes de fomento e de infraestrutura adequada (como barracas padronizadas, acesso a crédito e suporte logístico) compromete a continuidade e a visibilidade das ações.

Por fim, destaca-se que o sucesso de eventos como a Feirinha depende de planejamento intersetorial e de governança territorial. É necessário o envolvimento conjunto de universidades, prefeituras, cooperativas e órgãos de fomento, de modo que as feiras se consolidem como espaços permanentes de geração de trabalho, renda e cidadania. Assim, o fortalecimento de políticas públicas articuladas pode transformar experiências pontuais em modelos sustentáveis de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita à V Feirinha da Nossa Gente evidenciou como a integração entre produção local, sustentabilidade ambiental e valorização cultural pode contribuir para políticas públicas e desenvolvimento territorial. A análise revelou que iniciativas de agricultura familiar e artesanato promovem benefícios sociais, econômicos e culturais, fortalecendo o vínculo entre comunidade, produtores e poder público.

Constatou-se que as feiras locais funcionam como instrumentos indiretos de políticas públicas, capazes de articular dimensões econômicas, ambientais e sociais. Elas estimulam o desenvolvimento territorial e o fortalecimento da identidade cultural, ao mesmo tempo em que promovem práticas sustentáveis e solidárias. No entanto, os desafios relacionados à comercialização, aos custos de produção e à carência de apoio institucional indicam a



necessidade de estratégias de gestão mais consistentes, com políticas de incentivo, capacitação e acesso a recursos.

Observa-se, ainda, que a continuidade e o fortalecimento de iniciativas dessa natureza dependem da cooperação entre universidade, Estado e sociedade civil, por meio de programas de extensão, assessorias técnicas e políticas públicas participativas. Nesse sentido, a feira analisada demonstra o potencial das ações comunitárias como espaços de experimentação social, nos quais se testam modelos de sustentabilidade, economia solidária e valorização cultural.

O estudo reforça o papel das instituições acadêmicas e dos agentes públicos no acompanhamento e na implementação de políticas que promovam impacto social positivo, incentivando práticas de sustentabilidade, preservação da cultura regional e geração de renda. Conclui-se que iniciativas locais, quando apoiadas por políticas públicas integradas, podem se consolidar como estratégias efetivas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, fortalecendo o tecido social e econômico dos territórios.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, J. R.; MATOS, R. A. Práticas sustentáveis em feiras de agricultura familiar no Nordeste brasileiro: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, p. 112-130, 2021.

FIELD, B. C.; FIELD, M. K. **Introdução à economia do meio ambiente**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LEITE, J. R. M. **Direito Ambiental**: Introdução, Fundamentos e Teoria Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**: A Gestão Ambiental em Foco. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MUELLER, A. A. Para além de Putnam - cultura, capital social e liberdades, no sul do Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. 2020. V. 35, n. 103. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jNh9QJxwpyrjtLjG7VTnfSj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2025.

OLIVEIRA, M. S.; RAMOS, L. T.; PEREIRA, C. A. Feiras agroecológicas e economia circular: potencialidades para a redução de resíduos sólidos. **Revista Extensão Rural**, v. 30, n. 3, p. 159-178, 2023.



SILVA, A. L.; SOUZA, E. P.; SANTOS, D. M. Circuitos curtos de comercialização e sustentabilidade ambiental: estudo em feiras livres agroecológicas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, p. 1-12, 2020.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, J. B. C. (org.). **Experiências de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública**. Curitiba: Editora Bagai, 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, V. H.; ALMEIDA, G. F. Feiras da agricultura familiar como estratégia sustentável no desenvolvimento local. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 34, e6, p. 1-16, 2022.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GRAGA, M. B. **Economia**: micro e macro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.